

Negociantes mineiros depois da travessia dos tempos coloniais *

Afonso de Alencastro Graça Filho **

Introdução

Os estudos coloniais têm ressaltado a importância dos circuitos mercantis para a capitania de Minas. A própria ocupação do território, durante a aventura do ouro, se fez pela aliança dos interesses da Coroa e dos potentados locais, muitos deles negociantes.¹

Esta malha mercante agregava diversos agentes, classificados por seus papéis numa hierarquia de funções e dimensões dos negócios, os quais Cláudia Chaves, Júnia Furtado e Renato Venâncio² se esforçaram por definir. No topo desta cadeia, particularmente, situava-se o representante de firmas mercantis do Rio de Janeiro, com suas ramificações em Portugal e em partes

* Artigo recebido em março de 2003 e aceito para publicação em abril de 2003.

** Prof. Adjunto da Universidade Federal de S. João del Rei – UFJS e autor do livro *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei, 1831-1888*.

¹ Por exemplo, Júnia Ferreira Furtado, *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas minas setecentistas*, São Paulo, Hucitec, 1999; Cláudia Maria das Graças Chaves, *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas*, São Paulo, Annablume, 1999.

² Chaves, *idem*; Furtado, *idem*; Júnia Ferreira Furtado & Renato Pinto Venâncio, “Comerciantes, tratantes e mascates”, Mary del Priore (Org.), *Revisão do Paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos de História*. Rio de Janeiro, Campus, 2000, pp. 95-113.

Tempo, Rio de Janeiro, n° 15, pp. 93-110

do Império luso, secundado pelos grandes negociantes mineiros, donos de lojas e armazéns. No comércio retalhista, um leque variado de pequenos comerciantes com suas vendas fixas, mascates e negras de tabuleiro ajudavam no escoamento das mercadorias aos consumidores finais.

Os negócios com escravos e animais, que possuíam uma organização específica, completavam o quadro principal do comércio mineiro. O tráfico negreiro para Minas era movimentado por grandes comboieiros, que traziam seus carregamentos do Rio e da Bahia, estando grande parte destas remessas já encomendadas.³

Esta característica do comércio de escravos permaneceu durante o século seguinte. Uma variedade de indivíduos organizava o tráfico terrestre de escravos, entre eles, os comissários. Os grandes fazendeiros tinham o hábito de encomendar cativos aos seus agentes e comissários na Corte. Os seus representantes no Rio cuidavam da aquisição dos escravos, e as tropas, lideradas por gente de confiança daqueles, seguiam para o interior, conduzindo-os.⁴

Já o comércio de gado, com suas feiras, ponteiros, arrematantes de rebanhos e invernadas, cobria a longa rota que ia dos centros criatórios até o abate, no Rio de Janeiro, ou os trajetos menores, destinados ao consumo das diversas cidades mineiras. Sabe-se que, desde a segunda metade do Setecentos, a pecuária mineira obteve um grande incremento, fazendo decrescer a sua dependência dos fornecedores nordestinos. Também é deste período que datam as primeiras descidas de rebanhos para o Rio de Janeiro.

A expansão das atividades criatórias se deu no norte da capitania, pelos currais que margeavam o São Francisco, ou no sul, no vale do rio Grande, do rio das Mortes, do Sapucaí e do Verde, bem como na região de Paracatu, que se tornaria o principal centro pecuarista de Minas, só suplantado, nos anos de 1820, pela comarca do Paraná (Uberaba).⁵

O declínio do ouro, na passagem do século XVIII para o XIX, é a baliza para a chamada inversão dos fluxos mercantis com as capitânicas vizinhas

³ Júnia Ferreira Furtado, *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas minas setecentistas*, São Paulo, Hucitec, 1999, p. 194.

⁴ Mary C. Karasch, *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*, São Paulo, Cia. das Letras, 2000, pp. 95-96. A correspondência do Conde de Prados, sobre a administração de sua fazenda, localizada em Barbacena, revela este esquema de encomenda com os seus comissários. Cf. Antonio Luiz Porto e Albuquerque, *Formação e apogeu da aristocracia rural em Minas Gerais, 1808-1888: elementos para um estudo de caso.*, Rio de Janeiro, Xerox do Brasil, 1988.

⁵ Mafalda P. Zemella, *O abastecimento da capitania da Minas Gerais no século XVIII.*, 2ª ed. São Paulo, Hucitec/EDUSP, 1990, pp. 224-225.

do Rio de Janeiro, da Bahia e de São Paulo. Até então, o sentido da rota de abastecimento seguia na direção das regiões mineradoras e refluía, trazendo o ouro ou o resultado das vendas como pagamento. Neste período, gestar-se-ia a inversão dos rumos deste comércio, acelerada pela vinda da Corte portuguesa, em 1808, pelo crescimento demográfico do sudeste e a pela expansão da cafeicultura no Vale do Paraíba, a partir dos anos de 1820.⁶

As transações crescentes com o Rio de Janeiro, asseguradas pela posição de mercado privilegiado para os produtos mineiros, traria uma certa autonomia para algumas praças de Minas, em relação ao capital mercantil carioca.

Com isto, não queremos afirmar que o comércio mineiro se tivesse apartado da praça do Rio de Janeiro. O fornecimento de escravos, mercadorias estrangeiras, sal, ferragens e fazendas secas permaneceu primordial para a economia mineira. No entanto, a sua conversão em abastecedora de gêneros básicos para o mercado fluminense e o da Corte possibilitou aos negociantes mineiros amealhar riquezas no interior das Gerais. Veremos que esta acumulação de capitais se deu num nível próximo ao de seus congêneres cariocas ou baianos. Antes, precisamos deter-nos no significado econômico do fluxo mercantil interprovincial para Minas.

I. Negociantes mineiros do Setecentos

Recentemente, a contestação da existência de um sistema colonial rígido, fundado no funcionamento de um pacto colonial quase inviolável, tem realçado o papel da elite mercantil do Rio de Janeiro e de suas operações diversificadas dentro do Império português. Além dos negócios com os portos das costas africana e brasileira, a centralização dos recursos materiais, necessários à reprodução da economia mineradora, foi decisiva para o fortalecimento do capital mercantil carioca. A cidade do Rio de Janeiro pôde, assim, consolidar o seu papel de empório principal da América portuguesa, através da encruzilhada das rotas externas e internas que ligavam as Minas ao comércio exterior.⁷

⁶ Alcir Lenharo, *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842*, São Paulo, Símbolo, 1979, pp. 41 e segs.

⁷ Ver Antônio Carlos Jucá de Sampaio, *Na curva do tempo, na encruzilhada do Império: hierarquização social e estratégias de classe na produção da exclusão (Rio de Janeiro, c. 1650-c.1750)*, Niterói, ICHF/UFF, 2000 (tese de doutorado); João Fragoso; Maria Fernanda Baptista Bicalho & Maria de Fátima Silva Gouvêa (Orgs.), *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

A atuação do comércio carioca no abastecimento de Minas Gerais tomou formas diversas. As relações de parentesco podiam unir os agentes de uma rede de comércio que se organizava desde o vale do Douro, passando pelas cidades do Porto e de Lisboa, chegando ao Rio de Janeiro, onde eram recebidas e despachadas as mercadorias estrangeiras para as filiais em Minas ou para os negociantes mineiros, que desciam para as suas compras na Corte.

Por falta de numerário, boa parte das vendas aos negociantes mineiros era feita a crédito, o que resultava em atrasos e largos prazos para a quitação dos débitos entre as duas praças. A incerteza da localização domiciliar de muitos devedores nas Minas, especialmente devido à presença de aventureiros e ao deslocamento de contingentes populacionais para novas áreas mineradoras, tornava imprescindível a confiança nos representantes das casas cariocas em território mineiro, muitos deles parentes, enviados como procuradores para interceder nas cobranças de dívidas e no andamento dos negócios.

Desta forma, os negociantes sediados no Rio de Janeiro obtinham seu acesso privilegiado ao ouro das Gerais, fazendo a ligação entre o comércio ultramarino de mercadorias e escravos e o abastecimento das regiões auríferas.⁸

Também, por esta subordinação da economia do ouro, para Wilson Cano,⁹ a capitania foi incapaz de desenvolver segmentos produtivos que pudessem garantir a reprodução e a manutenção da força de trabalho, a não ser de maneira precária. Tendo a demanda por meios de subsistência atendida pelo comércio do Rio, de São Paulo e da Bahia, os seus lucros puderam ser apropriados por estas praças.

Porém, como já dissemos, a decadência da extração aurífera e o estímulo do mercado consumidor fluminense e carioca, em expansão, possibilitaram a inversão do fluxo da economia mineira, sempre deficitária com as capitanias vizinhas.

⁸ A descrição da cadeia mercantil que envolvia os negociantes cariocas nas Minas Gerais pode ser vista em Antonio Carlos Jucá Sampaio, "Os homens de negócio do Rio de Janeiro e sua atuação nos quadros do Império português (1701-1750)", João Fragoço; Maria Fernanda Bicalho & Maria de Fátima Gouvêa, *op. cit.*, pp. 91-105; Furtado, *op. cit.*, especialmente cap. 4; Eugênio dos Santos, "Relações da cidade e região do Porto com o Rio de Janeiro e Minas Gerais no séc. XVIII", *Anais da I Colóquio de estudos históricos Brasil-Portugal*, Belo Horizonte, PUC-MG, 1994, pp. 147-160.

⁹ Wilson Cano, *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*, Campinas, Ed. da Unicamp, 2002, pp. 15-16.

Aqui, é preciso atenuar a impossibilidade do desenvolvimento dos setores de abastecimento durante a “idade do ouro”, descrita acima. A não ser nos primeiros anos da exploração das minas, que ficaram conhecidos pelas crises de fome, sabemos que, desde cedo, a população das Gerais encontraria na economia de abastecimento uma maneira de também participar da lucratividade da mineração. Já são clássicas as evidências de atividades agropastoris em fazendas e roças que se formaram nas proximidades dos núcleos mineradores, encontradas por Carlos Magno Guimarães e Liana Reis,¹⁰ nas cartas de sesmarias das primeiras décadas do século XVIII. Apesar dessa existência não impedir o grande suprimento feito pelas capitânicas citadas às Minas, ao longo daquela centúria.

Poderemos perceber melhor estas modificações da economia mineira após o declínio aurífero, analisando os dados sobre suas exportações no Oitocentos.

II. As exportações terrestres mineiras após a época do ouro

A imagem do comerciante mineiro na crise do ouro sempre foi a de um agente em estado falimentar e incauto com as suas dívidas. Como reparou José Ferreira Carrato, é fácil encontrar na documentação histórica de Minas, do último quartel setecentista aos primeiros decênios do século seguinte, referências ao cortejo de créditos insolventes, devedores inadimplentes e falências. Carrato ilustra esta situação com uma passagem em que o desembargador José João Teixeira, já em 1780, deplorava a pulverização do comércio mineiro pelos pobres varejistas e uma “imensidade de pequenos negociantes, que giram pelos caminhos das Minas, que estão falindo a cada passo, que são uns enganadores, e que prejudicarão as casas de negócios estabelecidas no Rio de Janeiro e nas Minas”.¹¹

Ficariamos confusos se, após lermos estas queixas, abrissemos as anotações de Sebastião Ferreira Soares, no seu *Elementos de Estatística* (1865), onde os mesmos comerciantes são enaltecidos como severos no cumprimento de

¹⁰ Vide Carlos Magno Guimarães & Liana Maria Reis, “Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750)”, *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, 1 (2): 7-36, jun. 1986.

¹¹ José João Teixeira, “Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais”, *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano VIII, p. 520, *apud* José Ferreira Carrato, *Igreja, Iluminismo e escolas mineiras coloniais*, São Paulo, Edusp/Cia. Ed. Nacional, 1968, p. 275.

seus deveres, e por terem como “base de seus contratos a honra e a boa fé, e por isso [...] não se lançam em especulações ruinosas: são cautelosos”.¹²

O que teria contribuído para esta alteração na imagem do comércio de Minas?

O negociante inglês John Luccock, ao visitar São João del Rei, em 1818, irá comentar que, antes da chegada da corte ao Rio de Janeiro (1808), o comércio da vila e da Comarca do Rio das Mortes com esta capital era desfavorável, sendo a dívida com a praça carioca estimada em quarenta mil cruzados. A elevação dos preços das mercadorias mineiras com a vinda da família real ajudou a remir o débito e colocou a região na posição de “credora da Capital, em avultada quantia”.¹³ Os naturalistas Spix e Martius, que também visitaram a cidade no mesmo ano, reproduziriam informações idênticas.¹⁴

Ainda nos Setecentos, esta comarca se tornara uma região fundamental para o abastecimento de víveres para toda Minas Gerais, com seus bovinos, toucinho, queijo, milho, feijão, arroz, etc. Agora, esta vocação agrícola vinha beneficiar-se da expansão do mercado consumidor do Rio de Janeiro.

Pelo quadro das exportações e das importações mineiras para o exercício de 1818-1819, temos notícia de que a capitania se tornara superavitária, sendo seus principais mercados escoadouros, respectivamente, o Rio de Janeiro e a Bahia. Nestas informações não constam os valores dos diamantes ou dos metais preciosos, sempre ausentes nas pautas das exportações divulgadas pelos governos de Minas.

O valor total das exportações mineiras de 1818-1819 ficou em 1.673:477\$190 réis, seguindo quase 80% para o Rio de Janeiro (1.331:035\$124 rs), conforme os cálculos do Barão de Eschwege.

Para Raimundo José da Cunha Matos,¹⁵ que reeditou os mapas do barão em sua *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais*, era impossível saber com exatidão o movimento comercial com as outras praças brasileiras. Extraíndo algumas informações das memórias do monsenhor Pizarro, o au-

¹² Sebastião Ferreira Soares, *Elementos de Estatística*, Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1865, v. 2, p. 303.

¹³ John Luccock, *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1975, p. 312.

¹⁴ Johann Baptist von Spix & Carl Friedrich Philipp von Martius, *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1981, p. 195.

¹⁵ Raimundo José da Cunha Matos, *Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837)*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1981, v. 2, pp. 307-312.

tor apresenta, para o mesmo exercício, os resultados de 1.555:914\$880 para as mercadorias vendidas por Minas e 1.727:872\$700 para a importação¹⁶ de diversos gêneros. Neste somatório das exportações, Cunha Matos ressalta que foram excluídos, entre outros valores, as cifras de 289:461\$700 réis do produto do ouro fundido nas intendências e 37:361\$487 da venda de pedras preciosas. Portanto, se considerássemos estes dois itens, as exportações subiriam para 1.882:738\$067 réis, tornando positivo o fluxo comercial mineiro.

Para Roberto Martins e Maria do Carmo Martins,¹⁷ os valores apresentados eram baseados em preços oficiais, sempre inferiores ao de mercado. As pautas do governo fixavam preços para as mercadorias, que passavam vários anos sem ser reajustadas. Por exemplo, os preços oficiais de 1842 só foram revistos em 1859. Assim, nossos autores tomaram a pauta atualizada de 1860 para recalcular os valores das exportações mineiras no século XIX. O resultado, encontrado para o ano de 1819, foi de 5.766 contos de réis, superior ao triplo do valor indicado por Eschwege e, também, quase o total das importações brasileiras feitas de Portugal, estimada em 6.546 contos de réis, naquele ano.

Esta metodologia de correção pelos valores da pauta de 1860 nos parece excessiva para os anos mais distantes desta data, ou seja, antes da proibição do tráfico ultramarino de escravos (1850), que inflacionou os preços de mercado. Por conseguinte, provoca uma desvalorização crescente das exportações posteriores ao ano-base.

Ainda assim, o pequeno saldo que poderíamos encontrar em 1818-19, utilizando-nos das informações de Cunha Matos, corresponderia aproximadamente ao do comércio externo do Rio Grande do Sul. As receitas das exportações rio-grandenses,¹⁸ em 1818 e 1819, foram de 1.555:845\$706 réis e 1.409:953\$605 réis. Nestes mesmos anos, a capitania do Rio Grande importou mercadorias no valor de 1.118:749\$530 e 958:172\$520 réis. Assim como Minas, a maior parcela destes montantes era oriunda do porto do Rio de Janeiro,

¹⁶ Na obra de José Ferreira Carrato, *Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais*, São Paulo, Edusp/Cia. Ed. Nacional, 1968, p. 285, o autor confunde a soma dos direitos de importação (183:422\$005 rs) com o valor total das mesmas.

¹⁷ Roberto Borges Martins & Maria do Carmo Salazar Martins, "As exportações de Minas Gerais no século XIX", *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, RBEP, separata do nº 58, 1984, pp. 108-111.

¹⁸ As informações sobre a movimentação comercial do Rio Grande do Sul foram retiradas de Larissa Virginia Brown, *Internal Commerce in a colonial economy. Rio de Janeiro and its hinterland 1790-1822*. University of Virginia, 1986 (tese de doutorado), p. 441. Com pequenas discrepâncias, estes valores podem ser comparados aos fornecidos por Augusto de Saint-Hilaire, *Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821*, 2ª ed. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1939, pp. 134-143.

que revendia os produtos estrangeiros e nacionais, inclusive os de origem mineira. Nas importações gaúchas de 1816 estão assinaladas 167.904,5 varas de tecido de algodão de Minas, exportadas pelo Rio de Janeiro. O saldo da balança comercial rio-grandense, neste ano, ficou em apenas 212:012\$770 réis.

Um saldo pequeno ou negativo na balança comercial não pode ser considerado como demonstrativo da inviabilidade econômica de uma capitania/província. A Bahia, por exemplo, apresentou saldos negativos durante o período de 1808-1816 e nos anos de 1850-1888, só alcançando superávits em cinco anos¹⁹. Devemos entender que o mercado interno contrabalançava este déficit permanente com o comércio exterior, por meio da redistribuição das mercadorias importadas e do consumo da sua própria produção. Caso contrário, estaria fadada à falência.

Mesmo que os dados sobre o comércio mineiro intercapitanias não sejam precisos, bem como os do Rio Grande, eles nos indicam a capacidade de auto-suficiência da economia mineira e este aspecto não deve ser minimizado para a vida em Minas. E isto porque, apesar de possuírem um movimento comercial semelhante, a diferença entre o número de habitantes de ambas as capitanias era imensa, de cerca de 539.705 pessoas,²⁰ ou seja, de quase o sétuplo da gaúcha. Assim, não devemos esquecer o que este diferencial demográfico significava, em termos de mercado consumidor, para os próprios produtores mineiros. Portanto, temos aqui uma gama de rotas que abastecem o interior da capitania mineira e que não foram contabilizadas.²¹

Desta forma, devemos perceber que estas exportações não significavam a totalidade das transações mercantis em sua economia. Só para reafirmar este argumento, nestas pautas, as partidas de aguardente, de açúcar, de grãos cerealíferos, entre outras mercadorias, são insignificantes, em relação ao que deveria ser consumido entre os mineiros. Em 1836, a presidência da província informava a existência de 1.736 engenhos de cana, distribuídos por 27 municípios.²²

¹⁹ Kátia M. de Queirós Mattoso, *Bahia, século XIX: uma província no Império*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, pp. 514-515.

²⁰ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Estatísticas históricas do Brasil*, Rio de Janeiro, IBGE, 1986, v. 3, p. 30.

²¹ Sobre as ligações mercantis de Minas, ver Cláudia Maria das Graças Chaves, *Perfeitos negociantes...*, *op. cit.*

²² Clotilde Andrade Paiva & Marcelo Magalhães Godoy, "Engenhos e casas de negócios na Minas Oitocentista", *20 anos do Seminário sobre a Economia Mineira –1982-2002: coletânea de trabalhos*, Belo Horizonte, UFMG/FACE/Cedeplar, 2002, p. 135.

Vejam, agora, o que representam os valores saídos de Minas, relativamente aos números do comércio exterior brasileiro e carioca. Esta comparação nos servirá para ponderarmos a sua importância, sempre menosprezada, quando se pensa em cálculos *per capita*.

Estamos-nos referindo ao debate sobre capacidade de importação de escravos por Minas, em que se tentou equacionar o problema através da divisão do total das exportações por sua população.²³ Do nosso ponto de vista, as exportações mineiras, o mercado intrafronteiras e a reprodução endógena dos escravos podem explicar a imensa população cativa residente em seu território.

Não restam dúvidas sobre a importação de escravos em grande escala, depois da pesquisa de João Fragoso sobre os registros de saídas de tropeiros. Com base nesta fonte, entre 1825 e 1830 Minas absorveu cerca de 43% dos escravos distribuídos pelo Rio de Janeiro, mais do que as levadas de cativos destinadas ao Vale do Paraíba e ao Norte Fluminense, que, juntas, expressaram 38,4% do total dos despachos cariocas de escravos.²⁴

Mas prossigamos com os números do comércio exterior brasileiro.

Em 1819, o porto do Rio de Janeiro, no comércio com Portugal, exportou 1.356:851\$956 réis e importou 2.533:962\$566 rs.²⁵ Ainda que a presença inglesa no comércio brasileiro se tenha fortalecido com a abertura dos portos (1808) e os tratados de navegação e comércio (1810), a participação portuguesa nos fluxos brasileiros de exportação e importação se manteve considerável, decaindo após a Independência. Em 1819, o Brasil importou 1.752.000 libras em mercadorias de Portugal e 1.937.300 da Inglaterra, isto é, 10,6% a mais do que a metrópole lusa. Nas exportações, Portugal continuava a ser o principal parceiro, recebendo 2.087.000 libras, e a Inglaterra, 1.300.000, em mercadorias brasileiras.²⁶

²³ Robert W. Slenes, "Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX", *Cadernos IFCH-UNICAMP*, Campinas, nº 17, jun. 1985; Roberto Borges Martins, *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*, Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1982; *Idem*, "Slavery in a nonexport economy: a replay", *Hispanic American Historical Review*, 64 (1), 1984.

²⁴ Fragoso, *op. cit.*, p. 146.

²⁵ Corcino Medeiros dos Santos, *O Rio de Janeiro e a conjuntura atlântica*, Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1993, p. 100. Apesar de o autor, não indicar, na tabela XVI, que os dados tratam do comércio entre Rio de Janeiro e Portugal, podemos deduzir este fato pela coincidência dos valores de exportação com os fornecidos por Roberto C. Simonsen, *História econômica do Brasil (1500-1820)*, 8ª ed., São Paulo, Ed. Cia. Nacional, 1978, p. 387.

²⁶ Jorge Miguel Viana Pedreira, *Estrutura industrial e mercado colonial, Portugal e Brasil (1780-1830)*, Lisboa, Difel, 1994, 342.

Por comparação, se somássemos apenas as importações cariocas pelos rio-grandenses, pelos paulistas, através do porto de Santos, e pelos mineiros, neste ano teríamos um montante parecido ou superior a esse do comércio com Portugal. Podemos ter uma vaga noção disto através de algumas estimativas. Por exemplo, pelo porto de Santos foram importados 510:135\$280 réis em mercadorias do Rio, no ano de 1818. Em 1819, desembarcaram no Rio Grande de São Pedro produtos vindos daquele porto, na quantia de 729:508\$960 rs.²⁷ E podemos deduzir, grosso modo, que mais de 69% das importações mineiras vinham do Rio de Janeiro, o que significaria um valor superior a 1.200 contos de réis, pois, do total de 33 tipos de artigos importados por Minas, 26 provinham, em quantidades entre 92 a 100%, do Rio. Também 93% dos 1.963 escravos importados partiram do Rio de Janeiro. E entre os itens de maior valor, segundo a arrecadação dos impostos sobre mercadorias, apenas no sal, que encabeçava a lista, o fornecimento carioca ficava abaixo daquele patamar percentual, em 69% das partidas.²⁸

Queremos, com isto, reafirmar a função relevante do mercado interno para a economia colonial, o que também nos ajuda a recuperar o papel da economia mineira, majoritariamente voltada para o abastecimento de gêneros básicos, durante a primeira metade do Oitocentos.

Uma análise mais detida sobre a balança comercial do Rio de Janeiro foi feita por Fragoso e Florentino,²⁹ lançando mão dos mapas de importação e exportação de 1810 a 1812, para demonstrar que as contas externas desta praça mercantil não poderiam ser saldadas sem o recurso do mercado interno. Aqui, temos outra situação deficitária tão crônica quanto à do comércio externo da Bahia. Pelas informações do Ministério dos Negócios da Fazenda,³⁰ de 1844 até 1870, em apenas oito anos a cidade carioca apresentou resultados favoráveis no seu comércio exterior. Somente nas décadas seguintes a situação se inverteria.

²⁷ Larissa, *op. cit.*, p. 435 e 441

²⁸ *Idem*, p. 514.

²⁹ João Fragoso & Manolo Florentino, "Negociantes, mercado atlântico e mercado regional: estrutura e dinâmica da praça mercantil do Rio de Janeiro entre 1790 e 1812", Júnia Ferreira Furtado (Org.), *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*, Belo Horizonte, Ed.UFMG, 2001, pp. 155-179.

³⁰ Eulália Maria Lahmeyer Lobo, *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*, Rio de Janeiro, IBMEC, 1978, v. 1, pp. 266-267.

Por outro lado, se retornarmos à avaliação da significância das exportações mineiras, podemos constatar que, em 1819, superaram os valores das mercadorias enviadas através do porto do Rio de Janeiro para Portugal e só perderam para as exportações de idêntico destino feitas pela Bahia (2.010:594\$280 réis) e por Pernambuco (2.230:693\$190 réis).³¹ Se acrescentarmos os dados censitários, trabalhados por Douglas Libby e Clotilde Paiva, que mostram um panorama regional diversificado para a concentração de escravos em Minas, podemos adiantar que algumas de suas regiões possuíram uma capacidade maior de se inserir nas rotas mercantes com as outras capitanias/províncias do país. Este foi o caso da Comarca do Rio das Mortes, que abarcava uma vasta extensão do sul de Minas.

Finalizando nossas comparações, Sebastião Ferreira Soares nos apresenta outras informações sobre a balança mercantil da província mineira. Nos exercícios de 1854-55 e 1863-64 as importações mineiras somaram 8.700 e 10.500 contos de réis. A maioria das cargas partia do Rio de Janeiro (respectivamente 63,2% e 66,7%) e de São Paulo (25,3% e 23,8%), e da Bahia chegava o restante (11,5% e 9,5%).³² Estas importações estariam pagas, se considerarmos os cálculos de Roberto Martins, que não incluiu os diamantes e o ouro. Neles, em 1854-55, Minas exportou 8.889 e 10.168 contos de réis em 1865-66 (na tabela de Martins, falta o valor para o exercício de 1863-64).³³

Sebastião Ferreira Soares³⁴ nos diz que as exportações mineiras de 1850-51 e de 1859-60 alcançaram as somas de 11.818:466\$000 e 7.393:193\$000 réis. A queda no exercício de 1859-60 se deveu à diminuição do café, das varas de tecidos e do fumo na composição das exportações. Através dos direitos cobrados pela fazenda nacional sobre o ouro extraído das minas e do Morro Velho, o autor chega a cifras de 12.588:518\$000 e 8.163:245\$000 réis para aqueles exercícios, e isto com a exclusão dos diamantes.

De forma alguma são valores desprezíveis, o próprio Sebastião Ferreira Soares irá arrematar suas conclusões afirmando que “a riqueza de Minas em nada é inferior às de primeira ordem do Império”.

Uma rápida comparação com os registros de importações, por cabotagem, do porto do Rio de Janeiro, de todo o litoral brasileiro, pode revelar-nos

³¹ Simonsen, *op. cit.*, p. 387.

³² Soares, *op. cit.*, v.2, p. 306.

³³ Martins, *op. cit.*, p. 111.

³⁴ Soares, *idem*, pp. 308-309.

que as exportações mineiras a elas equivalem. No exercício de 1864/65, a cabotagem do Rio de Janeiro importou de todas as praças portuárias do país (PA, MA, CE, PE; AL, SE, BA, ES, SP, SC, RS e MT) a quantia de 10.153:000\$000 réis e em 1869-70, a de 7.529:358\$000.³⁵ Porém, normalmente, o volume de toda a movimentação portuária do Rio, somando a cabotagem ao comércio estrangeiro, era bem superior às exportações feitas por Minas.

No exercício de 1850-51, as exportações mineiras (calculadas por Sebastião F. Soares), nas quais o café já passava a ter um certo peso (de 40%, nos cálculos de Roberto Martins), representavam, respectivamente, cerca de 35% e 22% das exportações e importações cariocas. Quanto às demais províncias, as exportações mineiras eram superiores às nordestinas e às paulistas, decaindo no exercício de 1859-60, como podemos observar na tabela abaixo:

Tabela nº 1

Exportações do Brasil e de algumas províncias (em contos de réis)

Exportações	1850-51	1859-60
BRASIL	67.788	112.958
Minas Gerais	12.588	8.163
Rio de Janeiro	35.749	57.600
Sergipe	2.477	1.987
Pernambuco	7.619	11.106
Bahia	9.854	10.823
São Paulo	2.143	7.634

Fontes: PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. *Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro, Sergipe 1850-1930*. Aracaju, Funcaju, 2000, p. 419, Tabela A. 3. SOARES, Sebastião Ferreira. *Elementos de Estatística*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1865, v. 2, p. 308.

Com todas as deficiências destes cálculos, o que gostaríamos de ter demonstrado é a importância das exportações mineiras durante o Oitocentos e a possibilidade de acumulação de capitais numa economia voltada para o abastecimento do mercado interno. Sendo assim, os valores das exportações e a situação da balança comercial de Minas não foram barreiras para a manutenção de um sistema escravista “dinâmico”. Sua economia poderia susten-

tar a aquisição e a reposição de cativos em nível idêntico aos sistemas escravistas das províncias agroexportadoras nordestinas, particularmente na primeira metade do século XIX.

Isto sem esquecermos que Minas comportava um grande setor camponês, com a presença de unidades domésticas, pequenos arrendatários, sítiantes e agregados. Nestas formas de produção, o escravo esteve ausente ou em número ínfimo. De quase 20 mil domicílios, pelas listas censitárias de 1831-40, 66,7% não possuíam escravos. Cerca de 59% dos escravos viviam em fogos dedicados à agricultura. Uma grande parte dos proprietários de escravos, cerca de 48%, possuíam escravarias de 1 a 10 cativos, sendo que 39% destes senhores estavam na faixa de 1 a 2 escravos.³⁶

Além disto, devemos acrescentar a distribuição regional dos maiores plantéis escravistas, numa extensão territorial equiparável à da Bahia, concentrados nas regiões mais envolvidas com o circuito mercantil intercapitania/interprovincial, e a reprodução endógena da população cativa, constatada através de estudos demográficos. De acordo com Douglas Libby, as informações censitárias de 1823 em Minas Gerais mostram a predominância dos escravos nascidos na província (os crioulos), que compunham 60% da população mancipia.³⁷

Alguns indícios da concentração de escravos nos apontam para uma diversidade regional da riqueza em Minas. Nos dados censitários de 1831-40, manipulados por Libby, os proprietários com mais de 30 escravos eram donos da maior parcela de cativos das regiões da Zona da Mata, do Triângulo Mineiro e da Metalúrgica–Mantiqueira, onde estava inserido o município de S. João del Rei. Nas duas últimas áreas, estes grandes proprietários detinham

³⁵ Brasil, Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Relatório apresentado na 1ª sessão da 13ª legislatura pelo Ministro Manuel Pinto Souza Dantas, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1867, anexo S, quadro 5; Sebastião Ferreira Soares, *Estatística do comércio marítimo do Brasil, 1869-70*, Rio de Janeiro, Typ. Nacional, v. 2.

³⁶ Douglas Cole Libby, *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*, São Paulo, Brasiliense, 1988, pp. 97-124.

³⁷ *Idem*, "Protoindustrialização em uma sociedade escravista: o caso de Minas Gerais", Tamás Szmrencyányi & José Roberto do Amaral Lapa, *História econômica da Independência e do Império*, São Paulo, ABPHE/Hucitec/FAPESP, 1996. Outros estudos também apontaram para a grande presença de crioulos em Minas, por exemplo, Clotilde Andrade Paiva & Herbert Klein, "Escravos e livres nas Minas Gerais do século XIX: Campanha em 1831", *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 22, nº 1, jan/abr, pp. 129-151.

cerca de um terço da população mancipia das regiões, evidenciando a concentração das escravarias pela grande fazenda dedicada à agropecuária.³⁸

Clotilde Paiva, trabalhando com as listas nominativas de 1831-32, quando o café ainda não contribuía com mais de 15% dos valores das exportações mineiras, acrescenta que, nas áreas mais dinâmicas da Mineradora Central Oeste, Pitangui-Tamanduá e Sudeste, que incorporava o município de S. João del Rei, estavam localizadas 67,3% das 199 posses acima de 50 escravos. Nesta última, 64% dos cativos se encontravam nas posses acima de 10 mancipios.³⁹

Por último, vejamos o corpo mercante de São João del Rei, que Sebastião Ferreira admitiu ser “a principal cidade comercial da província de Minas Gerais”.⁴⁰

III. Os negociantes sanjoanenses no Oitocentos

O comércio atacadista da Vila de São João del Rei beneficiou-se do entroncamento das vias terrestres, que ligavam Minas à Corte, para subordinar uma vasta região da Comarca do Rio das Mortes à sua intermediação mercantil.

A antiga comarca abrangia uma imensa área de Minas, desde a divisa com o Rio de Janeiro, compreendendo, a sudeste, a Zona da Mata e a região do Paraibuna, dedicadas à policultura e, depois, ao café; mais ao sul, as regiões de agropecuária e cultura do fumo, como Aiuruoca e Baependi; a noroeste, vilas como Piumhy, Formiga e Tamanduá, ligadas à região do Alto São Francisco, e, ao norte, vilas como a de Queluz, próximas à divisa com a comarca do Rio das Velhas.

Esta era a área de atuação mais visível do corpo de comércio sanjoanense, excetuando a região do Paraibuna, de Barbacena e da Zona da Mata, que prescindiam de intermediários com o Rio de Janeiro e São Paulo.

Servindo de pouso na rota das minas do Carmo, de Ouro Preto e de Sabará, na confluência entre o Caminho Novo e as estradas do Comércio e da Polícia, a praça de São João del Rei pôde centralizar o circuito mercantil

³⁸ Douglas Cole Libby, *Transformação...*, *op. cit.*, p. 106.

³⁹ Clotilde Andrade Paiva, *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*, São Paulo, FFLCH/USP, 1999, pp. 137-138 (tese de doutorado).

⁴⁰ Soares, *op. cit.*, p. 305. Nesta obra, Sebastião Soares também indica Ouro Preto, S. João del Rei e Diamantina como as cidades mais comerciais e industriais, sem iguais em toda província.

desta vasta área com o Rio de Janeiro, além do escoamento de parte da produção de Goiás e Mato Grosso.

Na década de 1850, as invernadas sanjoanenses haviam-se enfraquecido com a atuação da sociedade monopolista Francisco José de Mello e Souza. O conluio entre aquela sociedade, os criadores de Uberaba e os marchantes-invernistas de Passos e Jucuí prejudicou a ação dos ponteiros e dos negociantes de outras regiões, como S. João del Rei, e arruinou a tradicional feira de Araxá, para onde se dirigiam os boiadeiros do município e dos distritos vizinhos.

Ainda assim, em 1854, pelas informações prestadas pela Câmara Municipal de S. João del Rei, foram enviados pelo seu comércio, respectivamente, cerca de 12% e 37% de todo o gado, o toucinho e as carnes salgadas exportados por Minas.⁴¹

As estratégias de subordinação utilizadas pelos negociantes sanjoanenses foram o financiamento dos produtores e a facilitação das compras das mercadorias trazidas de fora da província, como o sal, os tecidos, as ferragens, entre outros. Pouco se sabe sobre o envolvimento destes negociantes com o tráfico de escravos. Seja como for, o financiamento direto à fazenda escravista de alimentos era uma prática que poderia contemplar indiretamente a reposição da mão-de-obra cativa.

Nos registros de compra e venda dos seus cartórios, 48,4% de 171 contratos de dívidas, nos períodos de 1831-40 e 1861-70, pertenciam a negociantes que conseguimos identificar.

Em resumo, os negociantes sanjoanenses dominavam o crédito. Sendo homens de prestígio junto à sociedade local e às regiões vizinhas, realizavam suas operações como intermediários comerciais entre a Comarca do Rio das Mortes e os mercados do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Goiás e de Mato Grosso, bem como fizeram da cidade referência para o financiamento das atividades econômicas da região.

Como forma de evitar o atravessador carioca, as grandes casas mercantis de São João procuraram montar sociedades com parentes ou amigos na praça da Corte. Foi esta a tática adotada por José Maximiano Batista Machado, Batista Caetano de Almeida, João Antonio da Silva Mourão (Mourão e Filho), Sabino de Almeida Magalhães e Manoel Gomes de Castro, entre

⁴¹ Afonso de Alencastro Graça Filho, *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)*, São Paulo, Annablume, 2002, p. 213.

outros. Em 1864, o *Almanak administrativo, civil e industrial da província de Minas Gerais* listou 31 casas comerciais de mineiros residentes na Corte, entre elas, a Mourão e Filho.⁴²

Os inventários *post-mortem* dos maiores negociantes sanjoanenses do século XIX, todos superavitários, mostram que alguns conseguiram alcançar um padrão de fortuna equiparável ao de seus congêneres cariocas ou baianos.⁴³

Kátia Mattoso, ao tratar das fortunas soteropolitanas, apresenta, como uma das maiores, a do negociante e capitalista Miguel Pereira Dias dos Santos, falecido em 1881, com seus bens avaliados em 716:247 contos de réis (63.268 libras inglesas). Outro grande negociante baiano foi Bento José de Almeida, falecido em 1856, com uma riqueza inventariada em 293:470 contos de réis (33.626 libras). Podemos acrescentar à lista uma das maiores fortunas da Bahia, a do negociante de grosso trato Joaquim Pereira Marinho, que, ao falecer em 1887, deixou de herança cerca de 6.000 contos de réis (500.000 libras).⁴⁴

Para o Rio de Janeiro, no ano de 1840, temos os exemplos, apresentados por João Fragoso, dos inventários dos negociantes Manoel Moreira Lírio, com 206:906\$662 réis (26.725 libras) e de Marcolino Antonio Leite, com 306:568\$261 réis (39.598 libras), indicados como duas das maiores fortunas da época. Para a década de 1870, na Corte, os valores inventariados dos sete maiores negociantes grossistas de secos e molhados se nivelavam entre 13.227 e 41.495 libras. No ápice desta elite mercantil, podemos incluir os negociantes de grosso trato João José dos Reis, o Conde de Matosinhos, que, em 1889, deixou em partilha 1.974:086\$418 réis (217.143 libras); e José Miguel Frias, um dos oligopolistas do comércio com o sul do país, falecido com 1.324:487\$373 réis (66.224 libras), em 1892, e o grande atacadista José Domingues da Costa, com 775:726\$630 réis (59.796 libras), em 1885.⁴⁵

Em São João del Rei, apesar de inexistirem fortunas equiparáveis às do topo da elite mercantil do Rio e da Bahia, representadas pelos exemplos

⁴² Graça Filho, *op. cit.*, pp. 81-83.

⁴³ Para uma descrição mais detalhada destas fortunas, ver Graça Filho, *op. cit.*

⁴⁴ Mattoso, *op. cit.*, pp. 643-646; Pierre Verger, *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*, São Paulo, Corrupio, 1987, pp. 451-3.

⁴⁵ João Fragoso, *Homens de grossa aventura...*, *op. cit.*, p. 260; Afonso de Alencastro Graça Filho, *Os convênios da carestia: crises, organização e investimentos do comércio de subsistência da Corte (1850-1880)*, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 1992, pp. 246-7 (dissertação de mestrado).

do Conde de Matosinhos ou de Joaquim Pereira Marinho, os grandes atacadistas se nivelavam com os demais descritos. O negociante sanjoanense Francisco José Dias, inventariado em 1849, teve seus bens cotados em 301:413\$326 réis (32.401 libras). No ano da morte do comendador João Antonio da Silva Mourão, em 1866, sua riqueza equivalia 358:238\$202 réis (36.122 libras). Outro comendador, Carlos Baptista Machado, que veio a falecer em 1854, deixara uma fortuna de 473:945\$236 réis (54.504 libras). Com uma carreira longa nas operações comerciais e de crédito, o comendador Custódio de Almeida Magalhães deixaria, em 1891, para os herdeiros, 690:197\$439 réis (43.137 libras). Por fim, podemos incluir o seu irmão paterno, também negociante, Sabino de Almeida Magalhães, falecido em 1877, com 290;501\$554 réis (29.655 libras).

Mais uma vez, o padrão de riqueza mercantil encontrado não estava tão distante do das demais praças do país. Porém, dificilmente encontraríamos fortunas equiparáveis às situadas no ápice da elite mercantil do Rio de Janeiro ou de Salvador. O grau de concentração de renda pelos negociantes mineiros ficava num patamar abaixo, mas de forma alguma inferior à média apresentada pelas grandes fortunas mercantis destes lugares.

Entre outras razões, podemos explicar isto pela dispersão geográfica e pela enorme cadeia de lojas e armazéns. Numa comparação numérica de estabelecimentos mercantis, Minas Gerais só perdia para o Rio de Janeiro. Por informações coletadas sobre as casas comerciais e fabris do país e divulgadas por Sebastião Ferreira Soares para o exercício de 1854-55, a praça carioca se compunha de 6.876 casas comerciais, enquanto Minas vinha logo abaixo, com 5.128 estabelecimentos; seguida pela Bahia, com 3.785; pelo Rio Grande do Sul, com 3.342; e por Pernambuco, com 2.846.⁴⁶

Por outro lado, São João del Rei, com um corpo de comércio menos hierarquizado que o do Rio de Janeiro, não poderia apresentar fortunas como a do Conde de Matosinhos ou a de Pereira Marinho. Os negócios das praças carioca e soteropolitana incluíam a figura do negociante de grosso trato, que era proprietário de embarcações e estendia a sua rede de negócios, tentando monopolizar a navegação de cabotagem ao sul e a nordeste da costa brasileira até o comércio transatlântico de escravos com a África.

As maiores fortunas do Rio e de Salvador, que demos como exemplo, foram amealhadas com a ajuda do comércio transatlântico e de longa cabota-

⁴⁶ Soares, *op. cit.*, v. 1, p. 118.

gem no país. Eram ramos mercantis só permeáveis ao alto comércio, já estabelecido de longa data no controle desses setores. E isto deve ter feito toda a diferença.

IV. Conclusões

A derrocada da empresa mineradora setecentista veio reafirmar a orientação agrícola e pecuarista de Minas, particularmente nas áreas mais inseridas no circuito mercantil interprovincial. Esta inversão de papéis, de consumidoras em fornecedoras de produtos de subsistência, possibilitou uma relativa independência financeira para algumas praças de Minas, com relação ao centro econômico do país, representado pelo comércio carioca.

Para demonstrarmos isto, lançamos mão das exportações mineiras, que indicam valores negociados semelhantes aos de outras províncias, possuidoras de setores agroexportadores tradicionais, como as do Nordeste.

A balança superavitária de Minas significava, também, uma dependência menor da economia com relação aos lucros da revenda de produtos vindos de fora da província. Estas mercadorias estariam num segundo nível de intermediários ao chegarem a Minas, o que diminuiria a taxa de lucratividade diante do encarecimento da revenda e dos custos primários de transporte.

Contribuindo para a estabilidade econômica das Minas oitocentistas, seus produtores costumavam reduzir ao indispensável as compras no mercado. Teria nascido desta realidade a fama de probidade e cautela do comércio mineiro.

As fortunas dos negociantes sanjoanenses, reconstituídas através dos inventários *post-mortem*, nos ajudam a visualizar a possibilidade de acumulação mercantil em território mineiro durante o século XIX, riqueza que pouco ficava a dever às similares das praças carioca e soteropolitana, acumulada na intermediação do comércio interprovincial e por meio do controle do crédito ao produtor regional.